

Edição 11.189 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **SEXTA-FEIRA // 27.11.2026 // Cascavel-PR** **www.gazetadoparana.com.br**

Fraude? RF identifica esquema de CPFs falsos para fraudar pensões

●Investigação do MPF aponta atuação de estelionatários, enquanto auditorias do TCU revelam falhas recorrentes na fiscalização

●A modalidade de fraude identificada pela Receita Federal coincide com uma vulnerabilidade nos mecanismos de fiscalização do INSS

●Uma investigação iniciada a partir de informações da Receita Federal em Curitiba identificou um suposto esquema de criação e alteração fraudulenta de inscrições no CPF para a obtenção indevida de pensões por morte junto ao INSS. A apuração envolve a utilização de documentos falsificados e a atuação organizada de um grupo suspeito de praticar fraudes previdenciárias em diferentes municípios do Rio de Janeiro. Detalhes da investigação constam em decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), publicada no Diário Eletrônico do órgão em 12 de novembro. O colegiado caracteriza o caso como envolvendo fraudes sistêmicas em cadastros de CPF e benefícios de pensão por morte, com suspeitas de uso de documento falso, falsidade ideológica e estelionato previdenciário. A modalidade de fraude identificada pela Receita Federal coincide com uma vulnerabilidade nos mecanismos de fiscalização do INSS apontada em duas auditorias do TCU. Somente em 2024, o tribunal identificou R$ 2,41 milhões em pagamentos de benefícios vinculados a CPFs declarados nulos por fraude. Público ● P.3

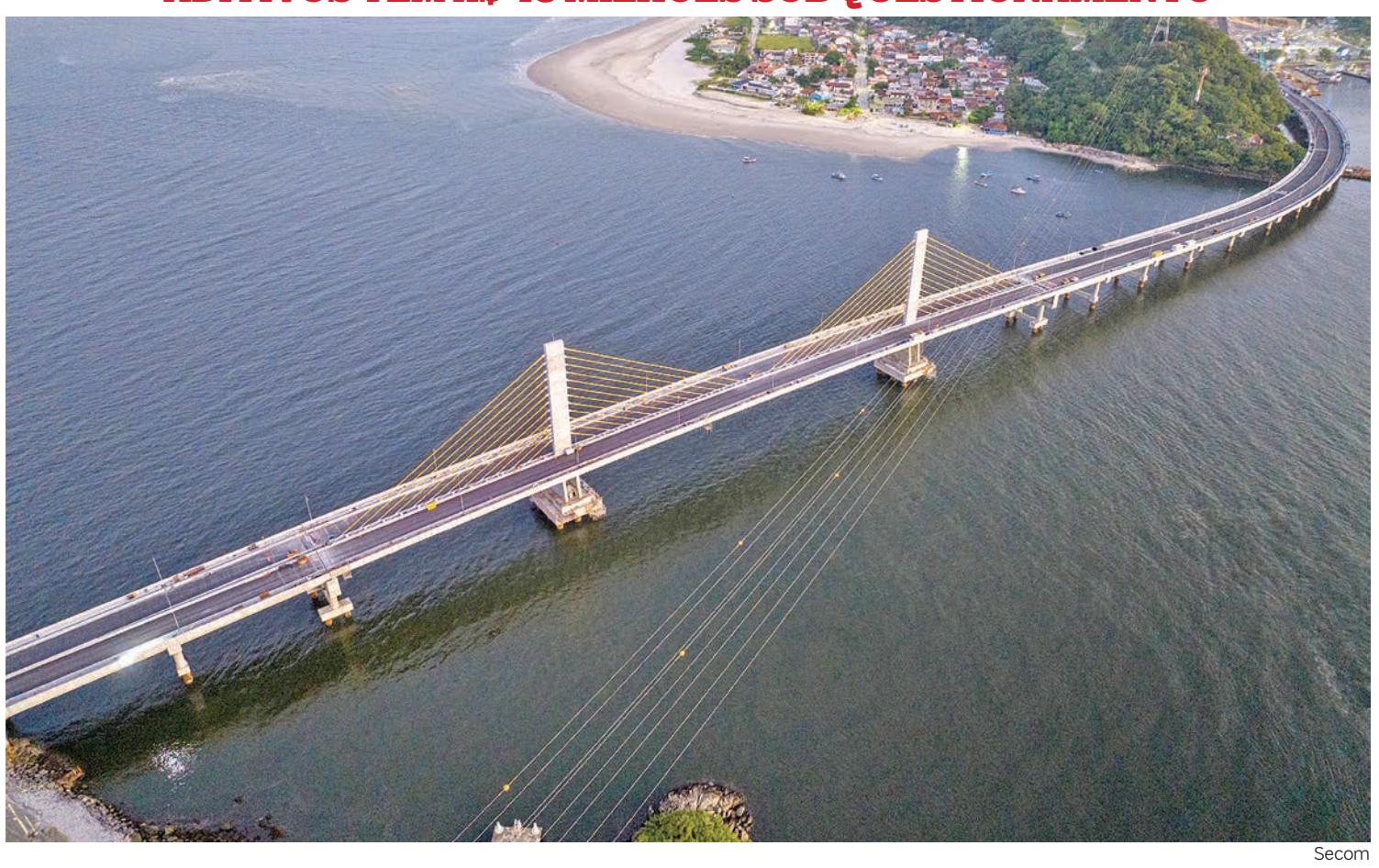


Divulgação

Sergio Moro anuncia dois novos secretários

●O governador eleito do Paraná, Sergio Moro, anunciou nesta ontem (26) mais dois integrantes do futuro secretariado. Ricardo Akel assumirá a Secretaria de Estado da Saúde, enquanto Fernando Hideyo Yokemura ficará à frente da Secretaria de Governo Digital e Inteligência Artificial. As nomeações integram a formação da equipe que assumirá a administração estadual em janeiro de 2027. A formação do primeiro escalão do futuro governo Sergio Moro também envolve articulações políticas com partidos que integraram a aliança eleitoral. Entre os nomes apontados como favoritos para assumir secretarias estratégicas estão Lucas Góes, atual chefe de gabinete de Moro em Brasília, e o deputado federal Felipe Francischini (Podemos). Góes é cotado para a Casa Civil, considerada uma das principais estruturas do Executivo estadual. Público ● P.4

ADITIVOS TÊM R$ 48 MILHÕES SOB QUESTIONAMENTO



Secom

Ponte de Guaratuba

●Alterações na construção da Ponte de Guaratuba levaram a novos custos contratuais que agora estão sob análise do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR). Parte dos questionamentos envolve serviços e situações relacionados a riscos que já apareciam na matriz de responsabilidades da licitação original, documento que estabeleceu as obrigações do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e do Consórcio Nova Ponte. Nos aditivos 4 e 5, a fiscalização do Tribunal identificou controvérsias que somam R$ 48,17 milhões. Desse montante, R$ 34,13 milhões já foram medidos e pagos, enquanto R$ 14,04 milhões permaneciam pendentes de desembolso, conforme os dados analisados nos autos. A discussão envolve mudanças na solução arquitetônica, substituição de materiais utilizados na terraplenagem dos acessos, contenções, condições geotécnicas das fundações submersas e alterações nos programas ambientais. A principal questão da fiscalização é determinar se os custos dessas alterações deveriam ser assumidos pelo Estado ou se estavam entre os riscos atribuídos à empresa responsável pela obra. Público ● P.2

Peña: paraguai pede ajuda para rastrear bens

●O Ministério Público do Paraguai solicitou ajuda às autoridades brasileiras para verificar a existência de bens do ex-presidente Santiago Peña e de sócios do Ueno Bank em território nacional. O pedido faz parte das investigações sobre suspeitas de irregularidades envolvendo recursos públicos e previdenciários depositados na instituição financeira. A solicitação foi confirmada pelo Ministério Público paraguaio. O procedimento foi encaminhado por meio da Rede de Recuperação de Ativos, mecanismo de cooperação internacional que permite a troca de informações entre autoridades de diferentes países. Público ● P.4

Umuarama e Pato Futsal decidem a Série Ouro



Maurício Moreira

●Faltam apenas dois jogos para o fim da edição de 2026 do Campeonato Paranaense da Série Ouro. Umuarama e Pato Futsal reeditam a final de 2024 na edição deste ano. O jogo de ida será nesta sexta-feira (27), às 20 horas, no ginásio Amário Vieira da Costa, em Umuarama. E o jogo de volta será no próximo sábado, dia 05 de dezembro, na Arena Cláudio Petrycoski, em Pato Branco. Em 2024, os dois times se enfrentaram na final do Estadual com o Pato levando a melhor sobre o Umuarama. Na ocasião, o Pato faturou o seu tricampeonato. Esportes ● P.6

Brasileirão

Colorado chega a 94,7% de risco e Vitória se salva

Com o encerramento da 36ª rodada do Campeonato Brasileiro na última quarta-feira, o Internacional chegou a 94,7% de probabilidade de rebaixamento, enquanto o Vitória zerou seu risco de queda e garantiu permanência na Série A. Segundo atualização A UFMG, apenas cinco clubes ainda disputam as duas vagas abertas no Z-4 nas rodadas finais. Esportes ● P.6



Gazeta Esportiva

Libertadores

Abel Ferreira cita "entusiasmo e confiança"

O Palmeiras já está em solo uruguaio para a grande final da Copa Libertadores. Após desembarcar em Montevidéu na quarta-feira, o técnico Abel Ferreira demonstrou confiança na busca pelo tetracampeonato continental e garantiu que o Verdão lutará "até o último segundo" pelo título. O técnico Abel Ferreira recordou uma promessa feita por Leila Pereira. Esportes ● P.6



Assessoria Stein

Futsal feminino

Lelinha coleciona conquistas no Stein Cascavel

Um teste em Pato Branco mudou os rumos da carreira de Lelinha. Sem muitas oportunidades, a jovem deixou a família para tentar uma vaga no futsal profissional. O esporte rendeu uma trajetória de conquistas que hoje tem como cenário o Stein Cascavel. Ela acaba de ser campeã da Libertadores da América com o clube e embarca rumo a mais uma conquista. Esportes ● P.6

Público

Tribunal de Contas do Estado do Paraná Fiscalização discute quem deveria pagar por mudanças na obra; R$ 34,13 milhões já foram desembolsados e outros R$ 14,04 milhões aguardavam pagamento

Aditivos da Ponte de Guaratuba têm R$ 48 milhões sob questionamento

Aditivos da Ponte de Guaratuba somam R$ 48,17 milhões em valores questionados pelo TCE-PR, que analisa se os custos deveriam ser assumidos pelo Estado ou pelo consórcio

DA REDAÇÃO
Cascavel


Ponte de Guaratuba tem R$ 48 milhões em custos contestados Gabriel Rosa/AEN

●Alterações na construção da Ponte de Guaratuba levaram a novos custos contratuais que agora estão sob análise do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR). Parte dos questionamentos envolve serviços e situações relacionados a riscos que já apareciam na matriz de responsabilidades da licitação original, documento que estabeleceu as obrigações do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e do Consórcio Nova Ponte.

Nos aditivos 4 e 5, a fiscalização do Tribunal identificou controvérsias que somam R$ 48,17 milhões. Desse montante, R$ 34,13 milhões já foram medidos e pagos, enquanto R$ 14,04 milhões permaneciam pendentes de desembolso, conforme os dados analisados nos autos.

A discussão envolve mudanças na solução arquitetônica, substituição de materiais utilizados na terraplenagem dos acessos, contenções, condições geotécnicas das fundações submersas e alterações nos programas ambientais. A principal questão da fiscalização é determinar se os custos dessas alterações deveriam ser assumidos pelo Estado ou se estavam entre os riscos atribuídos à empresa responsável pela obra.

O contrato original, firmado em 2022 por R$ 386,9 milhões, foi celebrado no regime de contratação integrada. Nesse modelo, a empresa contratada assume responsabilidades pela elaboração dos projetos e pela execução do empreendimento, conforme os parâmetros e a distribuição de riscos definidos no edital.

A matriz de riscos da concorrência estabeleceu responsabilidades específicas para diferentes situações que poderiam ocorrer durante a execução. Entre elas estão condições geológicas e geotécnicas, necessidade de contenções, alterações em materiais de terraplenagem e determinados eventos relacionados ao apoio náutico.

Contrato original

A matriz de riscos, documento que integra os parâmetros da contratação, distribuiu entre o contratante e a empresa responsável pela obra os custos decorrentes de diferentes eventos. Entre as previsões estão situações envolvendo solos com baixa capacidade de suporte, necessidade de substituição de materiais, mudanças na origem de jazidas, intervenções para estabilização de taludes e maciços e alterações relacionadas às condições geológicas e geotécnicas. Em determinados cenários, a matriz atribuía à contratada ou à seguradora os custos decorrentes dessas ocorrências, incluindo ajustes de quantitativos, transporte, reposição de materiais e alterações de soluções construtivas.

O documento também previa responsabilidades relacionadas a operações de apoio náutico e a determinadas alterações de projeto decorrentes das condições encontradas durante a execução. A distribuição de riscos, entretanto, não é uniforme para todos os eventos. A matriz também contempla situações em que alterações de projeto ou mudanças de escopo decorrentes de exigências administrativas e ambientais podem ser atribuídas à Administração.

Por isso, a análise dos aditivos depende da identificação das circunstâncias que provocaram cada alteração e do enquadramento dessas situações nas cláusulas contratuais.

Questionamentos

Os dois termos aditivos mais recentes somam R$ 66,77 milhões. Desse total, R$ 48,17 milhões estão sob questionamento da fiscalização. Outros R$ 18,59 milhões do quinto aditivo não apresentaram indícios de irregularidade no recorte analisado pela inspeção.

O quarto aditivo, de R$ 11,49 milhões, havia sido aprovado internamente pelo DER, mas ainda não estava formalizado. O quinto, de R$ 55,27 milhões, dependia de deliberação final do Conselho Diretor e do diretor-presidente da autarquia.

A fiscalização analisou diferentes alterações incorporadas ao contrato. Entre os pontos estão a mudança na solução arquitetônica da ponte, a substituição de materiais utilizados na terraplenagem dos acessos de Guaratuba, a precificação de estruturas de contenção em terra armada, os riscos geotécnicos das fundações submersas e alterações nos programas ambientais.

A matriz de riscos original oferece um parâmetro para examinar parte dessas mudanças. No caso d terraplenagem, por exemplo, o documento prevê responsabilidades relacionadas a solos com baixa capacidade de suporte, reposição de materiais e alterações decorrentes das condições geológicas. Também há previsões relacionadas a contenções e intervenções necessárias para estabilização de taludes e maciços. O enquadramento de cada alteração, porém, depende do evento específico, das condições previstas no anteprojeto e das justificativas apresentadas durante a execução.

DER

Em suas manifestações, o DER sustentou que determinadas alterações decorreram de decisões da própria Administração ou de condições encontradas durante a execução da obra. No caso da solução arquitetônica, a autarquia argumentou que o edital permitia alternativas estruturais e que a escolha posterior por uma configuração de ponte estaiada justificaria o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Sobre a substituição do material utilizado na terraplenagem dos acessos de Guaratuba, o DER afirmou que a mudança foi motivada pelas condições constatadas em campo e por uma determinação administrativa para preservar o cronograma.

A autarquia também defendeu que as intercorrências nas fundações submersas envolveram riscos geotécnicos atípicos e que as alterações nos programas ambientais decorreram de exigências posteriores. Em relação à metodologia de cálculo da contenção em terra armada, o DER reconheceu a necessidade de revisão.

O Consórcio Nova Ponte sustentou que a discussão envolve a matriz de riscos e a definição de responsabilidades contratuais, e não a inexistência dos serviços executados. A empresa também apresentou argumentos contra a suspensão mais ampla dos pagamentos e apontou créditos que, segundo sua manifestação, seriam reconhecidos e serviços necessários para a conclusão do empreendimento.

PONTE DE GUARATUBA

O que está sob questionamento

- **Aditivos 4 e 5:** R$ 48,17 milhões em controvérsias analisadas pela fiscalização
- **Valores pagos:** R$ 34,13 milhões
- **Valores pendentes:** R$ 14,04 milhões
- **Valor total dos aditivos 4 e 5:** R$ 66,77 milhões
- **Contrato original:** R$ 386,9 milhões, firmado em 2022
- **Aditivos 1 a 3:** auditoria apontou sete possíveis irregularidades, estimadas em R$ 14,8 milhões
- **Medida cautelar:** apresentação de garantia adicional para os valores controvertidos dos cinco primeiros aditivos
- **Execução da obra:** 95,2%, conforme informações apresentadas nos autos

Iluminação: TCE suspende revogação de licitação de R$ 248 mi

Tribunal impede DER de abrir nova disputa ou contratar diretamente o mesmo serviço; concorrência original só poderá avançar após correções exigidas pela fiscalização

Da redação
Cascavel

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) suspendeu os efeitos da revogação da licitação para instalar iluminação em trechos críticos de rodovias estaduais.

A concorrência, lançada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR), tinha preço máximo de R$ 248,3 milhões e previa 24 meses para elaborar os projetos e executar as obras. A decisão foi confirmada por unanimidade pelo Pleno em 19 de novembro e publicada ontem (26).

A cautelar preserva os atos praticados na concorrência antes da revogação e impede que o DER abra outra licitação ou faça uma contratação direta para o mesmo objeto até nova decisão do Tribunal. A medida não determina a retomada imediata da disputa. Mesmo se o procedimento avançar, o DER só poderá assinar o contrato depois de comprovar ao TCE que corrigiu problemas identificados em uma fiscalização anterior.

A decisão do DER

A Diretoria de Operações do DER pediu a revogação em 5 de outubro, um dia depois da eleição estadual. A ata do Conselho Diretor registra dois motivos para a medida: os apontamentos da fiscalização do Tribunal de Contas e a preocupação de que o contrato comprometesse o orçamento do governo seguinte. O diretor-presidente formalizou a revogação em 8 de outubro. O aviso foi publicado no Diário Oficial no dia 13. Ao examinar a decisão, o relator, conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, observou que as questões levantadas pela fiscalização já eram conhecidas pelo DER. Elas haviam levado o Tribunal a exigir correções antes da contratação, sem suspender toda a concorrência. Para o relator, o departamento precisava explicar o que havia mudado para que essa solução deixasse de ser suficiente.

O voto também aponta que, entre os documentos analisados, não havia estudo financeiro, projeção de desembolso ou demonstração de falta de recursos que sustentasse a justificativa orçamentária. A Lei de Licitações exige que a decisão de revogar uma concorrência por conveniência ou oportunidade se baseie em um fato novo comprovado. O Tribunal ainda não julgou em definitivo se a revogação atendeu a esse requisito.

Disputa já tinha propostas

O Consórcio Ilumina Rodovias Paraná, liderado pela Engeluz Iluminação e Eletricidade, levou a revogação ao TCE. Segundo o relato do grupo reproduzido no acórdão, o consórcio ficou em primeiro lugar com uma proposta de R$ 225,96 milhões e já havia sido chamado para apresentar amostras e preparar uma demonstração técnica exigida pelo edital.

O consórcio alegou que os participantes não tiveram oportunidade de se manifestar antes da decisão. O DER abriu prazo para recurso depois de publicar o aviso, mas o relator destacou que recorrer de uma decisão já tomada é diferente de ser ouvido antes dela. O voto também questiona a descrição da disputa como estando em fase inicial, usada no parecer jurídico do departamento, e aponta que essa avaliação precisa ser confrontada com as etapas já cumpridas.


TCE suspende revogação de licitação para iluminar rodovias do Paraná DERPR

EM NÚMEROS

200

Segundo o relato do grupo reproduzido no acórdão, o consórcio ficou em primeiro lugar com uma **proposta de R$ 225,96 milhões** e já havia sido chamado para apresentar amostras e preparar uma demonstração técnica exigida pelo edital

O que trava o contrato

Em um segundo processo, aberto a partir de fiscalização do próprio Tribunal, o Pleno manteve as exigências que impedem o DER de assinar o contrato. Uma delas é detalhar quem assume os custos se houver imprevistos na obra. O edital já trazia uma matriz de riscos, mas, segundo o relator, em alguns casos ela atribuía a responsabilidade ao DER e à futura contratada ao mesmo tempo, sem dizer como as despesas seriam divididas.

O departamento também precisa estabelecer critérios objetivos para medir, aceitar e pagar cada etapa dos serviços, demonstrar como vai fiscalizar a cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) e rever a cláusula de reajuste. O edital previa o IGP-M. O Tribunal exigiu que o DER justifique tecnicamente o índice que vier a adotar e mostre que ele acompanha os principais custos da contratação.

A concorrência previa reunir, num só contrato, a elaboração dos projetos e a instalação de iluminação com controle remoto em pontos críticos da malha estadual. As duas decisões são provisórias: enquanto o TCE analisa a revogação e os apontamentos da fiscalização, o DER não pode contratar o projeto por outro caminho nem assinar o contrato da disputa original sem comprovar as correções.

Pensões do INSS Investigação do MPF aponta atuação organizada de estelionatários, enquanto auditorias do TCU revelam falhas recorrentes nos mecanismos de fiscalização dos benefícios previdenciários

Outra fraude no INSS

RF identifica esquema de CPFs falsos para fraudar pensões

A modalidade de fraude identificada pela Receita Federal coincide com uma vulnerabilidade nos mecanismos de fiscalização do INSS apontada em duas auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU)

Cascavel
DA REDAÇÃO

UMA investigação iniciada a partir de informações da Receita Federal em Curitiba identificou um suposto esquema de criação e alteração fraudulenta de inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para a obtenção indevida de pensões por morte junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A apuração envolve a utilização de documentos falsificados e a atuação organizada de um grupo suspeito de praticar fraudes previdenciárias em diferentes municípios do Rio de Janeiro.

Detalhes da investigação constam em decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), publicada no Diário Eletrônico do órgão em 12 de novembro. O colegiado caracteriza o caso como envolvendo fraudes sistêmicas em cadastros de CPF e benefícios de pensão por morte, com suspeitas de uso de documento falso, falsidade ideológica e estelionato previdenciário.

A modalidade de fraude identificada pela Receita Federal coincide com uma vulnerabilidade nos mecanismos de fiscalização do INSS apontada em duas auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU). Somente em 2024, o tribunal identificou R$ 2,41 milhões em pagamentos de benefícios vinculados a CPFs declarados nulos por fraude. Na fiscalização referente a 2025, a equipe técnica constatou que a principal deficiência nos controles permanecia sem solução.

Documentos falsificados

O procedimento criminal teve origem no Ofício nº 56/ECAD/DEVAT/SRRF9ªRF, encaminhado pela Equipe Regional de Cadastro da Receita Federal da 9ª Região Fiscal, sediada na capital paranaense. O documento comunicava a identificação de um esquema articulado no Rio de Janeiro, voltado à criação e alteração ilícita de inscrições no CPF. Segundo levantamentos realizados pela Receita Federal e pelo INSS, os suspeitos adotavam um padrão de atuação que envolvia a utilização de documentos de identidade e certidões falsificados. As irregularidades foram identificadas em inscrições realizadas junto a diferentes agências dos Correios no território fluminense.

De acordo com o MPF, a principal finalidade do esquema era instruir requerimentos indevidos de pensões por morte perante o INSS. Os documentos públicos consultados pela reportagem não apontam eventual participação de funcionários dos Correios ou servidores da Previdência Social nas irregularidades. A atuação dos suspeitos em diferentes municípios provocou uma discussão interna no Ministério Público Federal sobre qual unidade deveria assumir a condução das investigações. Sob relatoria de Mônica Campos de Ré, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão reconheceu a conexão entre os fatos investigados, considerando a necessidade de uma apuração conjunta.

O colegiado decidiu por unanimidade sobre a atribuição para conduzir o procedimento, registrado sob o número 1.30.001.001676/2026-63. A documentação pública não informa quantas pessoas integram o suposto esquema, quantos benefícios chegaram a ser concedidos ou qual foi o prejuízo efetivamente causado aos cofres públicos.



A modalidade de fraude coincide com uma vulnerabilidade na fiscalização do INSS Natinho Rodrigues

Falhas nos controles

A investigação ocorre em meio a uma sucessão de alertas do Tribunal de Contas da União sobre deficiências nos mecanismos utilizados pelo INSS para identificar benefícios vinculados a CPFs fraudulentos. Na auditoria referente aos pagamentos previdenciários de 2024, que fundamentou o Acórdão nº 522/2026 do Plenário do TCU, os técnicos identificaram inicialmente 100 benefícios associados a inscrições declaradas nulas pela Receita Federal.

Após consultas aos sistemas internos do INSS e a exclusão dos falsos positivos, restaram 57 benefícios que haviam sido pagos mensalmente durante todo o exercício, sem bloqueio ou suspensão. Juntos, esses pagamentos somaram R$ 2.418.953,96.

Dos 57 benefícios identificados, 49 estavam relacionados à nulidade do CPF do instituidor da pensão, ou seja, da pessoa falecida cujo vínculo previdenciário fundamenta a concessão do benefício aos dependentes. Nos outros oito casos, a irregularidade estava no CPF do próprio titular do benefício.

A regulamentação da Receita Federal estabelece que a situação cadastral nula é atribuída às inscrições nas quais houve constatação de fraude. Por essa razão, os auditores consideraram o achado relevante, apesar de o montante representar uma parcela pequena do orçamento previdenciário.

Desconhecimento

Um dos aspectos mais relevantes da auditoria foi a constatação de que a maioria dos benefícios vinculados a CPFs nulos ainda não era objeto de investigação pelo INSS. Em resposta aos questionamentos do TCU, por meio da Nota Técnica nº 33/2025, a autarquia informou que apenas 11 dos 57 casos identificados já estavam sendo averiguados. Os outros 46 passaram a ser investigados após o encaminhamento da relação de benefícios pela equipe de auditoria. Entre os oito casos envolvendo CPFs nulos dos titulares dos benefícios, dois foram submetidos a medidas cautelares de suspensão ou bloqueio. Os demais permaneceram em procedimento de averiguação de irregularidade. Já os 49 benefícios vinculados a CPFs nulos dos instituidores das pensões foram submetidos à apuração após a análise dos resultados apresentados pelo tribunal.

O próprio INSS reconheceu que o sistema utilizado para verificar a conformidade da folha de pagamento analisava apenas os casos de nulidade do CPF dos titulares dos benefícios. Não havia uma rotina específica para identificar a mesma irregularidade nos cadastros dos instituidores de pensões por morte.

Problema persistiu

A auditoria seguinte, referente aos pagamentos previdenciários de 2025 e que fundamentou o Acórdão nº 2404/2026 do TCU, voltou a identificar a mesma deficiência. Dessa vez, os técnicos encontraram R$ 533,5 mil em pagamentos com indícios de irregularidade envolvendo CPFs declarados nulos pela Receita Federal. O relatório faz referência expressa à fiscalização anterior e registra que a principal causa do problema continuava sendo a ausência de uma rotina específica de verificação dos CPFs dos instituidores de pensões por morte.

Na reunião de encerramento da auditoria, os gestores do INSS confirmaram que o mecanismo de verificação da nulidade dos CPFs dos titulares dos benefícios estava implementado, mas ainda não havia sido estendido aos instituidores das pensões. Posteriormente, a autarquia ponderou que existem situações em que inscrições declaradas nulas são reativadas por determinação judicial, circunstância que pode gerar falsos positivos nos cruzamentos de informações.

O tribunal já havia alertado que a nulidade do CPF, tanto do titular quanto do instituidor do benefício, caracteriza indício de fraude e deve resultar no encaminhamento automático do caso para instauração de procedimento de apuração de irregularidade, conforme previsto em norma do próprio INSS desde 2022.

R$ 463 milhões sob suspeita

As irregularidades relacionadas aos CPFs representam apenas uma parcela dos problemas identificados pelo Tribunal de Contas da União nos pagamentos previdenciários. A auditoria referente a 2025 apontou R$ 463,38 milhões em pagamentos com indícios de irregularidade. O maior montante, de R$ 257,57 milhões, corresponde a aposentadorias por incapacidade permanente pagas a beneficiários que apresentavam indícios de vínculo ativo de trabalho no serviço público.

Outros R$ 91,68 milhões correspondem a pagamentos com indícios de terem sido realizados após o falecimento dos titulares. A acumulação indevida de benefícios respondeu por aproximadamente R$ 76,45 milhões, enquanto falhas na aplicação do redutor constitucional em pensões por morte representaram cerca de R$ 35,1 milhões. O tribunal também identificou aproximadamente R$ 442,2 milhões em pagamentos associados a CPFs cancelados. Esse montante, entretanto, não foi incorporado ao total de despesas com indícios de irregularidade, uma vez que situações de cancelamento cadastral frequentemente resultam em regularização e manutenção legítima dos benefícios. Na auditoria dos pagamentos de 2024, o montante de despesas com indícios de irregularidade havia alcançado R$ 170,91 milhões, dos quais R$ 167,05 milhões correspondiam a possíveis pagamentos após o falecimento dos beneficiários.

As duas fiscalizações possuem escopos distintos, o que impede uma comparação direta dos resultados como indicador de crescimento ou redução das fraudes previdenciárias. Os valores também não correspondem necessariamente a prejuízos efetivamente comprovados.

EM NÚMEROS

463

As irregularidades relacionadas aos CPFs representam apenas uma parcela dos problemas identificados pelo Tribunal de Contas da União nos pagamentos previdenciários. **A auditoria referente a 2025 apontou R$ 463,38 milhões em pagamentos com indícios de irregularidade**

Prova de vida

Outra preocupação manifestada pelo TCU diz respeito à comprovação de vida dos beneficiários. Segundo informações prestadas pelo próprio INSS durante a auditoria dos pagamentos de 2025, aproximadamente 15 milhões de benefícios estavam sem comprovação de vida regular. A autarquia informou que não realizou o procedimento de prova de vida em 2025, tampouco efetuou bloqueios de pagamentos motivados pela ausência dessa comprovação. A auditoria constatou ainda que a autorização normativa para suspender os bloqueios havia expirado em julho daquele ano, sem prorrogação. Com base em dados de expectativa de vida e na proporção de benefícios sujeitos ao procedimento, os técnicos estimaram um risco de pagamentos indevidos entre R$ 1,63 bilhão e R$ 1,71 bilhão.

O montante não foi incorporado ao total de irregularidades identificadas pelo tribunal, por representar uma estimativa de risco, e não pagamentos indevidos efetivamente constatados. Entre as dificuldades relatadas pelos gestores do INSS estão as limitações de acesso a bases de dados de outros órgãos federais, especialmente do Ministério da Saúde, além da insuficiência de servidores para a realização de pesquisas externas.

Integração de dados

Os documentos do TCU também revelam dificuldades na integração das informações cadastrais mantidas pelos diferentes órgãos federais responsáveis pela administração do sistema previdenciário. Durante a auditoria de 2024, os técnicos questionaram o INSS sobre o procedimento de atualização das informações relativas aos CPFs mantidas pela Receita Federal. A autarquia esclareceu que os dados são recebidos pela Dataprev, empresa responsável pelo processamento de informações previdenciárias, que realiza os cruzamentos solicitados pelo instituto.

Até a conclusão dos trabalhos daquela auditoria, entretanto, não havia manifestação da Dataprev sobre a tempestividade da atualização das informações cadastrais. Dessa forma, os técnicos não puderam concluir se eventuais atrasos contribuíram para os pagamentos irregulares identificados.

Embora não exista comprovação de vínculo direto entre os benefícios identificados pelo TCU e o grupo investigado a partir das informações da Receita Federal em Curitiba, os documentos revelam uma convergência entre a modalidade de fraude sob investigação criminal e as deficiências administrativas constatadas pelos órgãos de controle.

Enquanto o Ministério Público Federal apura as responsabilidades criminais relacionadas ao suposto esquema, as auditorias demonstram que, mesmo diante de ocorrências concretas de pagamentos vinculados a inscrições fraudulentas, uma das principais vulnerabilidades identificadas nos mecanismos de fiscalização das pensões por morte permanecia sem solução na avaliação mais recente do TCU.

Result
CONSULTORIA EMPRESARIAL
✓ Excelência ✓ Comprometimento ✓ Agilidade
Impulsionando negócios, gerando **resultados**
Juntos, transformamos desafios em oportunidades e aceleramos seu caminho para o sucesso

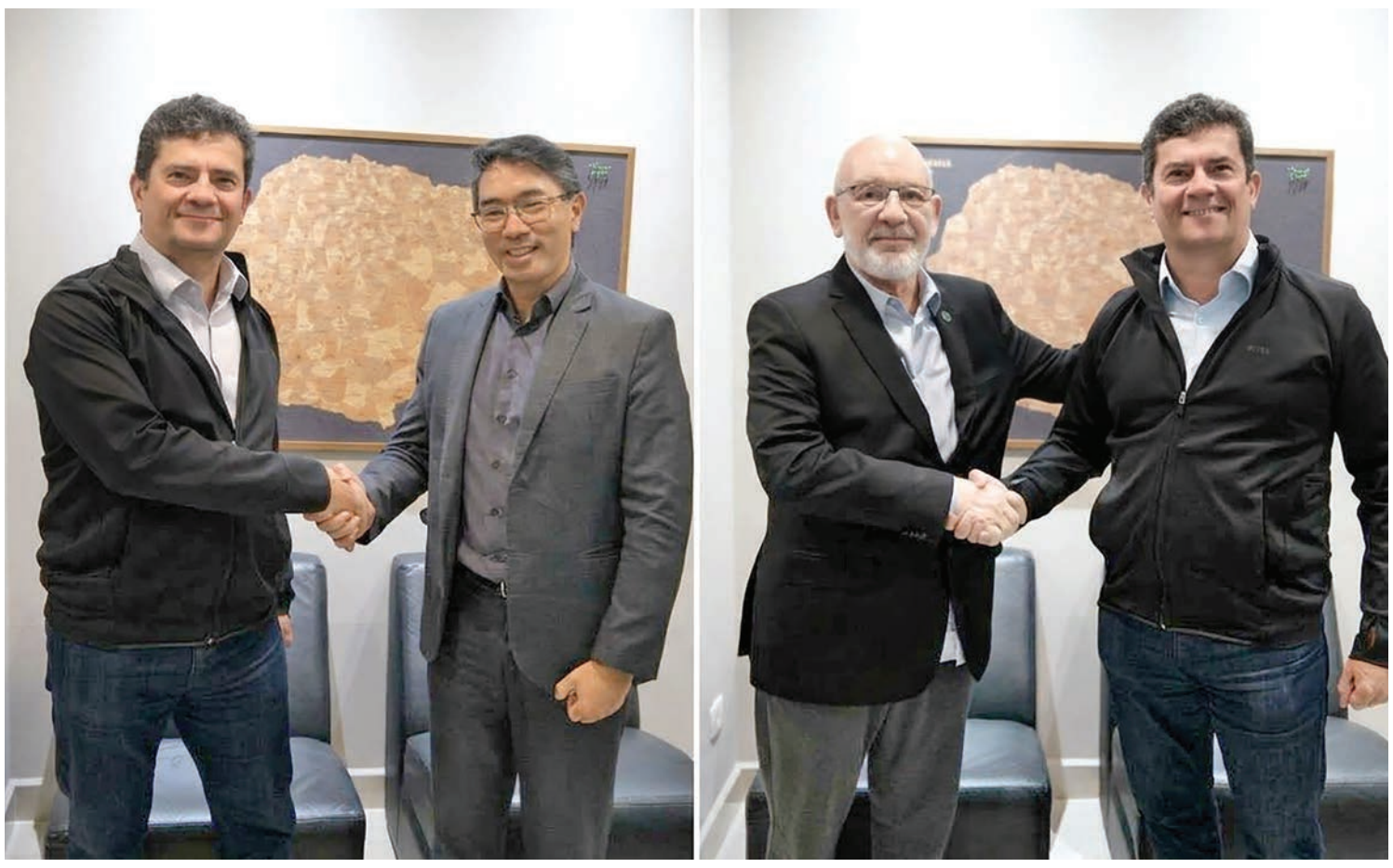


Novo Governo do Paraná Médico e gestor público comandará a Saúde; especialista em tecnologia ficará responsável pela transformação digital e inteligência artificial a partir de janeiro de 2027

Sergio Moro anuncia Akel para Saúde e Yokemura para Governo Digital

A formação do primeiro escalão do futuro governo Sergio Moro também envolve articulações políticas com partidos que integraram a aliança eleitoral

ELIANE ALEXANDRINO
Cascavel



Fernando Yokemura e Ricardo Akel vão integrar governo de Sergio Moro Divulgação

●O governador eleito do Paraná, Sergio Moro, anunciou nesta ontem (26) mais dois integrantes do futuro secretariado. Ricardo Akel assumirá a Secretaria de Estado da Saúde, enquanto Fernando Hideyo Yokemura ficará à frente da Secretaria de Governo Digital e Inteligência Artificial. As nomeações integram a formação da equipe que assumirá a administração estadual em janeiro de 2027.

Akel é médico formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Medicina Interna e especialista em Clínica Médica, Gastroenterologia e Administração Hospitalar. Tem experiência na gestão pública e hospitalar, incluindo a direção-geral do Hospital de Clínicas da UFPR e a presidência do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), entre 1990 e 1992.

Na área federal, participou da construção das bases legais do Sistema Único de Saúde (SUS) e do processo de integração do INAMPS ao sistema. Também ocupou cargos de gestão no INSS e em instituições de saúde. Atualmente, é diretor-executivo do Grupo Instituto do Rim do Paraná.

Entre as prioridades anunciadas por Moro para a Saúde estão a redução das filas de consultas, exames e cirurgias, o fortalecimento da atenção primária e a ampliação da telemedicina. O plano de governo também prevê a criação da Tabela SUS Paranaense, com complementação estadual aos valores pagos por procedimentos.

Já Fernando Hideyo Yokemura tem mais de 35 anos de experiência em tecnologia da informação, governança e transformação digital. Advogado e tecnólogo em processamento de dados, possui mestrado em Gestão Pública e especializações em inteligência artificial, Big Data, finanças e engenharia de software.

Ao longo da carreira, atuou em instituições financeiras nacionais e internacionais, foi responsável pela área de tecnologia do Banco do Brasil na Europa e consultor da Caixa Econômica Federal. Também participou de projetos de transformação digital no setor público, com destaque para a atuação na Prodesp, empresa de tecnologia do governo de São Paulo. A nova secretaria deverá concentrar iniciativas de digitalização dos serviços estaduais, integração de sistemas e redução da burocracia. A proposta apresentada por Moro é reunir os serviços públicos em uma plataforma digital, permitindo que a população resolva demandas pelo celular.

O governador eleito afirmou que pretende utilizar a inteligência artificial para aprimorar processos administrativos, apoiar decisões e ampliar a eficiência dos serviços públicos. Segundo Moro, a formação do secretariado prioriza profissionais com experiência e capacidade técnica. Com os 2 novos anúncios, o futuro governador avança na composição da equipe que assumirá o comando do Paraná em 2027.

Outros nomes

A formação do primeiro escalão do futuro governo Sergio Moro também envolve articulações políticas com partidos que integraram a aliança eleitoral. Entre os nomes apontados como favoritos para assumir secretarias estratégicas estão Lucas Góes, atual chefe de gabinete de Moro em Brasília, e o deputado federal Felipe Francischini (Podemos).

Góes é cotado para a Casa Civil, considerada uma das principais estruturas do Executivo estadual, responsável pela articulação política e administrativa do governo e pela integração entre as secretarias. Próximo ao governador eleito, ele é apontado como um dos principais nomes de confiança de Moro e participa das movimentações para organizar a futura gestão.

Caso Francischini deixe a Câmara Federal para assumir a secretaria, a vaga deverá ser ocupada por Rodrigo Estacho, primeiro suplente da legenda. As duas indicações, no entanto, ainda não foram confirmadas oficialmente pelo governador eleito7

Já Francischini aparece como favorito para comandar a Secretaria das Cidades, pasta que mantém relação direta com as prefeituras e coordena políticas públicas e investimentos nos municípios paranaenses. A possível indicação também estaria relacionada ao compromisso político assumido por Moro durante as negociações com o Podemos, que apoiou a candidatura do PL ao governo estadual.

Paraguai pede ajuda ao Brasil para rastrear bens de Peña

Pedido também envolve sócios do Ueno Bank e integra investigação sobre suspeitas de irregularidades com recursos públicos e previdenciários; não há confirmação de patrimônio localizado ou bloqueado no país

Eliane Alexandrino
Cascavel



Investigação leva Paraguai a buscar patrimônio de Peña no Brasil Divulgação

●O Ministério Público do Paraguai solicitou ajuda às autoridades brasileiras para verificar a existência de bens do ex-presidente Santiago Peña e de sócios do Ueno Bank em território nacional. O pedido faz parte das investigações sobre suspeitas de irregularidades envolvendo recursos públicos e previdenciários depositados na instituição financeira.

A solicitação foi confirmada pelo Ministério Público paraguaio. O procedimento foi encaminhado por meio da Rede de Recuperação de Ativos, mecanismo de cooperação internacional que permite a troca de informações entre autoridades de diferentes países. O Brasil participa da rede por meio do Ministério da Justiça. Até a publicação das informações, não havia confirmação pública de que o governo brasileiro tivesse recebido o pedido ou localizado e bloqueado patrimônio dos investigados no país.

A busca por possíveis ativos no exterior permite rastrear movimentações financeiras e identificar patrimônio que possa estar relacionado às suspeitas. Caso sejam encontrados elementos que justifiquem a medida, os investigadores poderão solicitar à Justiça o bloqueio dos bens para impedir sua venda ou transferência. O pedido de informações, porém, não representa uma ordem de bloqueio nem significa que haverá recuperação imediata de valores.

O Ministério Público paraguaio informou que apresentou acusações contra Santiago Peña e o ex-presidente do Banco Central do Paraguai, Carlos Carvallo, em 7 de novembro.

As apurações envolvem suspeitas de irregularidades na aplicação de recursos públicos e previdenciários no Ueno Bank, além da atuação dos responsáveis pela fiscalização da instituição financeira. No caso de Peña, as acusações iniciais incluem abuso de confiança e administração em benefício próprio. O processo ocorre em meio à crise que atingiu o banco e provocou forte repercussão política no Paraguai.

Peña foi destituído pelo Congresso paraguaio em 6 de novembro. Segundo a CNN Brasil, a defesa do ex-presidente contestou o processo de impeachment e alegou que ele teve pouco tempo para apresentar sua defesa

Peña foi destituído pelo Congresso paraguaio em 6 de novembro. Segundo a CNN Brasil, a defesa do ex-presidente contestou o processo de impeachment e alegou que ele teve pouco tempo para apresentar sua defesa.

Crise atinge correntistas

A situação do Ueno Bank também afeta brasileiros que vivem, estudam ou mantêm negócios no Paraguai, especialmente em cidades como Ciudad del Este, Presidente Franco e Hernandarias. No início de novembro, o Banco Central do Paraguai interveio na instituição após identificar que o banco apresentava menos da metade do índice mínimo de solvência exigido. O indicador mede a capacidade de uma instituição financeira de absorver perdas e manter sua estabilidade.

Como parte das medidas para proteger os clientes, o Banco Central anunciou o pagamento da garantia dos depósitos em etapas. O limite divulgado é de 228,3 milhões de guaranis por depositante, considerando a soma dos valores mantidos nas contas da instituição, desde que atendidos os critérios estabelecidos. A eventual localização de bens de Peña e dos sócios do banco no Brasil é uma frente independente do processo de pagamento das garantias aos correntistas.

Projeto que cria protocolo contra racismo nas escolas é aprovado

Proposta recebeu 320 votos favoráveis e 102 contrários e prevê acolhimento psicológico às vítimas, proteção contra retaliações e comunicação às autoridades; texto segue para análise do Senado

Da Redação
Cascavel

●A Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira (25), o Projeto de Lei (PL) 4887/2023, que institui um protocolo nacional de acolhimento às vítimas de racismo e estabelece medidas de resposta a esses casos em estabelecimentos de ensino, tanto públicos quanto privados. De autoria da deputada federal Carol Dartora (PT-PR), o PL foi relatado pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que apresentou um substitutivo em plenário. Foram 320 votos favoráveis e 102 contrários e a matéria seguirá para análise do Senado Federal.

A proposta estabelece procedimentos obrigatórios para identificar, acolher e encaminhar casos de racismo, discriminação racial, injúria racial e condutas semelhantes, inclusive em ambientes virtuais relacionados à comunidade escolar.

Entre as medidas previstas estão a designação de um profissional responsável pela aplicação do protocolo em cada instituição, o acolhimento imediato das vítimas, o atendimento psicológico gratuito, a proteção contra retaliações, a comunicação às autoridades competentes, incluindo autoridade policial, nos casos mais graves, o Conselho Tutelar e o Ministério Público, além da realização de atividades educativas e de reeducação dos autores das agressões, válido para estudantes e profissionais que atuam nessas instituições.

Para a deputada Carol Dartora, a aprovação do texto representa um avanço na construção de uma política nacional de enfrentamento à violência racial no ambiente escolar. "O projeto parte do reconhecimento de que a discriminação racial não pode ser tratada como brincadeira, conflito entre estudantes ou episódio isolado. É uma forma de violência que compromete a saúde emocional, o aprendizado e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de contribuir para o afastamento e a evasão escolar", afirmou.

A deputada também defendeu que nenhuma criança seja obrigada a enfrentar sozinha as consequências da violência racista. Durante o debate em plenário, a relatora do projeto enfatizou a necessidade de um plano efetivo para lidar com o problema. "Nós vamos dar proteção às crianças. Ninguém pode negar que esse país tenha racismo. Temos que ter a compreensão nessa semana da consciência negra", disse a deputada Benedita da Silva.

Se o autor da discriminação for servidor público de um estabelecimento de ensino, ele poderá responder a processo administrativo disciplinar. Pelo projeto, a escola deverá agir mesmo quando a vítima não formalizar uma queixa, desde que haja constatação da ocorrência, relato de membros da comunidade escolar ou indícios razoáveis de discriminação racial identificado por um profissional da educação.

O texto prevê formação periódica obrigatória para profissionais e medidas permanentes de valorização da diversidade cultural. Os casos de discriminação racial também deverão ser registrados em formulário padronizado, a ser definido pelo órgão responsável pela educação no respectivo estado ou município.

Parlamentares de oposição contrários ao projeto argumentaram que a iniciativa cria excesso de obrigações, dificultando sua efetividade. "Até entendo a necessidade de apoio psicológico nas escolas, mas para esse tipo de ocorrência, de briga de menino, que se resolva inicialmente entre a equipe pedagógica, professores, direção da escola e, em casos mais graves, que seja acionada, através da delegacia de Polícia Civil, os meios competentes para apurar se houve, de fato, o crime ou ato infracional", apontou Sargento Gonçalves (PL-RN).

UM ECOSSISTEMA DESENVOLVIDO PARA O CRESCIMENTO DA SUA EMPRESA

ISTO É

SQUARE

LIFE CENTER

AMEXCON





HELIPONTO

+ HOTEL MERCURE (4 ESTRELAS)

+ 1.200 VAGAS DE GARAGEM

+ SALAS COMERCIAIS

Conheça todos os diferenciais em:
squarelifecenter.com.br

Fale com seu corretor.

SR CONSTRUTORA DESDE • 1997

IGUASSU ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

VASTO Engenharia

Paranaense da Série Ouro Por ter campanha inferior, o Umuarama fará o jogo de ida da decisão, nesta sexta-feira, no Amário Vieira da Costa

Umuarama e Pato Futsal fazem o primeiro jogo

A definição do campeão será no sábado (05), na Arena Cláudio Petrycoski, em Pato Branco


O Umuarama despachou o Marreco nas semifinais Diego Ianesko

LUCIANO NEVES
Cascavel

● Faltam apenas dois jogos para o fim da edição de 2026 do Campeonato Paranaense da Série Ouro. Umuarama e Pato Futsal reeditam a final de 2024 na edição deste ano. O jogo de ida será nesta sexta-feira (27), às 20 horas, no ginásio Amário Vieira da Costa, em Umuarama. E o jogo de volta será no próximo sábado, dia 05 de dezembro, na Arena Cláudio Petrycoski, em Pato Branco. Em 2024, os dois times se enfrentaram na final do Estadual com o Pato levando a melhor sobre o Umuarama. Na ocasião, o Pato faturou o seu tricampeonato numa situação semelhante. Empate em 2 a 2 no jogo de ida da final e vitória por 2 a 1 na partida de volta. O Umuarama contava com o goleiro Gustavinho, que defendeu o Cascavel nas duas últimas temporadas.

Duelo de campeões

A final do Paranaense da Série Ouro coloca frente a frente dois campeões estaduais. O Pato Futsal venceu a competição quatro vezes, a primeira em 2017. E depois conquistou três títulos consecutivos: 2023, 2024 e 2025. Ou seja, se faturar o Estadual mais uma vez será o primeiro time na história a conquistar quatro títulos seguidos. Já o Umuarama tenta acabar com um jejum de 18 anos sem vencer a Série Ouro. O representante do noroeste é detentor de duas taças, nos anos de 2007 e 2008. E tem mais cinco finais no currículo. O Umuarama foi vice-campeão em 2005, 2006, 2015, 2020 e 2024. Ou seja, esta é a oitava final do clube. O maior finalista da Série Ouro com doze decisões, sendo sete títulos e cinco vices.

Campanhas

O Pato Futsal é o time de melhor campanha na competição, tanto é que tem o privilégio de fazer a partida de volta da final em casa. Na primeira fase, foi o primeiro colocado com 31 pontos ganhos. Com isso, avançou de maneira direta para as quartas de final. Nesta etapa da competição despachou o também campeão Chopinzinho. E, nas semifinais, eliminou com autoridade o Dois Vizinhos. Empatou em 2 a 2 no jogo de ida e goleou o adversário por 8 a 0, no último domingo, diante de sua torcida. Em 17 jogos, foram doze vitórias, três empates e apenas duas derrotas. O ataque do Pato balançou as redes 54 vezes. E a defesa foi vazada apenas 21 vezes.

O Umuarama teve um caminho um pouco mais duro até a final. Na fase inicial, terminou no sexto lugar com vinte pontos. Com isso, despachou o Guarapuava na segunda fase. Nas quartas, levou a melhor sobre o Campo Mourão. E fez dois jogos equilibrados contra o Marreco nas semifinais. No jogo de ida, em Umuarama, empate em 4 a 4. Na volta, em Francisco Beltrão, empate em 3 a 3 no tempo normal, resultado que levou o jogo para a prorrogação. Na extensão da partida, empate em 1 a 1. A definição do primeiro finalista foi para os pênaltis. O Umuarama contou com as defesas de Rafa Freitas e avançou para a final.

Em 19 jogos, foram oito vitórias, seis empates e apenas cinco derrotas. O Umuarama marcou 71 gols e a defesa sofreu 47. O time tem o artilheiro da competição, Capinha, com 23 gols.

NÚMERO

23

O Umuarama tem o goleador do Paranaense da Série Ouro. **Capinha marcou 23 gols no Estadual**


O empate do Timão mudou as contas contra o Z-4 Agência Corinthians

Inter chega a 94,7% de risco e Vitória se salva com empate do Timão

Essa conta foi atualizada após o empate do Corinthians em 1 a 1 com o Atlético-MG, no complemento da antepenúltima rodada

Gazeta Esportiva
São Paulo

● Com o encerramento da 36ª rodada do Campeonato Brasileiro na última quarta-feira, o Internacional chegou a 94,7% de probabilidade de rebaixamento, enquanto o Vitória zerou seu risco de queda e garantiu permanência na Série A. Segundo atualização do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apenas cinco clubes — Internacional, Mirassol, Grêmio, Corinthians e Botafogo — ainda disputam as duas vagas abertas no Z-4 nas rodadas finais, já que Remo e Chapecoense estão matematicamente rebaixados.

Por sua vez, o empate em 1 a 1 entre Atlético-MG e Corinthians, na Arena MRV, tirou o Timão da zona de rebaixamento, levou a equipe paulista aos 41 pontos (15º lugar) e empurrou o Mirassol para o 17º posto — abrindo o Z-4 ao lado de Internacional, Remo e Chapecoense.

O Inter é o clube em situação mais dramática entre os que ainda lutam pela permanência. Antes da 36ª rodada, o Colorado tinha 61,5% de risco, mas a goleada sofrida por 5 a 2 para o Vitória, em pleno Beira-Rio, na última segunda-feira, fez sua probabilidade disparar para 94,7%.

Possuindo três pontos a menos que o bloco formado por Corinthians, Grêmio e Mirassol, o Inter precisa vencer seus dois últimos jogos — contra Bragantino (casa) e Cruzeiro (fora) — e ainda torcer por tropeços dos rivais diretos.

Mirassol

Após perder por 1 a 0 para o Fluminense, no Maracanã, no domingo, o Mirassol viu sua chance de rebaixamento mais que dobrar em relação ao fim da 35ª rodada, saltando de 20,4% para 44,2%. Com o empate do Corinthians diante do Atlético-MG, o time do interior paulista entrou no Z-4 por ter o pior saldo de gols (-10) entre os times com 41 pontos. A equipe tenta reagir diante de Athletico-PR (casa) e Grêmio (fora).

NÚMERO

94

O Internacional chegou a 94,7% de **probabilidade de rebaixamento**


O empate do Timão mudou as contas contra o Z-4 Agência Corinthians

Corinthians

O Timão entrou em campo na quarta dentro da zona de rebaixamento (em 17º, com 40 pontos), mas o empate em 1 a 1 com o Atlético-MG, na Arena MRV, levou a equipe aos 41 pontos e a recolocou na 15ª posição pelo melhor saldo de gols (-2). Em relação ao término da 35ª rodada (26,6%), a chance de queda recuou para 24,9%. O Alvinegro depende apenas de si e recebe o Grêmio neste domingo, em Itaquera, antes de visitar o já rebaixado Remo na rodada final.

Livres e rebaixados

O grande vencedor da rodada na parte inferior da tabela foi o Vitória. Com 14,6% de risco ao fim da 35ª rodada, o Rubro-Negro baiano goleou o Internacional por 5 a 2 no Beira-Rio na segunda-feira, chegou aos 44 pontos (13º lugar) e, beneficiado pela combinação de resultados até o fechamento da rodada, zerou qualquer possibilidade de rebaixamento. Pelo outro lado, Chapecoense (20ª, com 24 pontos) e Remo (19º, com 32 pontos) já estão matematicamente rebaixados à Série B de 2027.

Lelinha coleciona conquistas no Stein Cascavel

Da assessoria
Cascavel

● Um teste em Pato Branco mudou os rumos da carreira de Lelinha. Sem muitas oportunidades em Tabuleiro do Norte, no interior do Ceará, a jovem deixou a família para tentar uma vaga no futsal profissional. A aposta deu certo. O esporte a levou a cruzar fronteiras, disputar grandes competições e construir uma trajetória de conquistas que hoje tem como cenário o Stein Cascavel. A história com a bola, porém, começou bem antes. Aos nove anos, Lelinha brincava de futebol com os irmãos e tinha dentro de casa sua principal referência no esporte: o pai, que jogava na cidade natal. A cearense também acompanhava os treinos da irmã na escola, até começar a disputar as primeiras competições.

Até os 18 anos, a trajetória esportiva de Lelinha foi marcada pela participação em jogos escolares e competições regionais. A atleta chegou a defender a Unifor, de Fortaleza, no Campeonato Cearense, mas a passagem pela equipe foi breve. Sem condições de permanecer na capital, retornou ao interior do Ceará.

O talento da jovem chamou a atenção de um ex-jogador de futsal, conterrâneo da atleta e com passagem pelo Paraná. Foi ele quem intermediou, em 2020, o teste que abriu as portas para o esporte profissional. "Ele me viu jogar várias vezes e perguntou se eu queria sair da minha cidade e fazer um teste para jogar no Pato Futsal. Eu falei que sim, que queria muito. Sempre foi o meu sonho viver esse esporte", relembra.



Lelinha, atleta do Stein Cascavel Assessoria

Aprovada no teste, Lelinha defendeu a equipe de Pato Branco nas temporadas de 2020 e 2021. Em 2022, vestiu a camisa do time de Telêmaco Borba e, no mesmo ano, cruzou fronteiras para atuar no Kuwait. De volta ao Brasil, acertou com o Stein Cascavel em 2023, clube que defende desde então.

Sob o comando do técnico Márcio Coelho, Lelinha vive a quarta temporada com a camisa azul e branca. A experiência em grandes decisões, a evolução técnica e os títulos conquistados superaram as expectativas da cearense. "Estou vivendo muita coisa que eu sonhava. Algumas não passavam nem pela minha cabeça, nem nos meus melhores sonhos", afirma.

A atleta acabou de ser campeã da Libertadores da América de futsal feminino. E agora busca mais uma conquista nacional. Neste sábado (28), o Stein faz o jogo de ida da final da Liga Feminina de Futsal (LFF) contra o Taboão da Serra. A delegação cascavelense viaja nesta sexta (27) para o interior de São Paulo.


Arquivo pessoal

KARATÊ TRADICIONAL

Atletas se destacam em competição mundial

● Mais uma vez, os lutadores de Cascavel Volmir e Wesley Maziero representaram muito bem Cascavel numa competição internacional de Karatê Tradicional. A dupla esteve no último fim de semana em Rio Verde, estado de Goiás, para a disputa do 1˚ Campeonato Brasileiro e Mundial Interclubes. A competição ocorreu no Instituto Federal Goiano. Os dois lutadores defenderam a Academia Dojo Maziero, que foi a representante da FTK Paraná. No Brasileiro, Wesley Maziero faturou duas medalhas de ouro e uma de prata. Foi campeão no Kata individual e no Fuku-go. E foi vice-campeão no Kumitê. Já Volmir faturou o título no Kata individual e terceiro no Kumitê. No Campeonato Mundial, mais conquistas. Wesley faturou o título no Biathon e foi vice-campeão no Kumitê individual. E Volmir faturou três medalhas: campeão no Kata e no Kumitê individual e terceiro no Biathon. Com mais essas duas conquistas, Volmir Maziero tem agora seis títulos de campeão mundial no currículo. Wesley teve a sua terceira conquista internacional. E a Dojo Maziero chegou a quinze títulos de campeão mundial e nove de campeão pan-americano.


Cesar Greco

LIBERTADORES

Abel Ferreira cita "entusiasmo e confiança"

● O Palmeiras já está em solo uruguaio para a grande final da Copa Libertadores. Após desembarcar em Montevidéu na noite desta quarta-feira, o técnico Abel Ferreira demonstrou confiança na busca pelo tetracampeonato continental e garantiu que o Verdão lutará "até o último segundo" pelo título. Em entrevista à Conmebol após a chegada ao Uruguai, o técnico Abel Ferreira recordou uma promessa feita pela presidente Leila Pereira após a derrota na final da edição passada e destacou o caminho percorrido pelo clube até retornar à decisão. "Lembro perfeitamente das palavras da nossa presidente Leila no final da última edição, em que, como vocês sabem, nós perdemos. Ela, no final desse jogo, disse que nos íamos nos levantar e tentaríamos, no ano seguinte, estar aqui novamente. Foi isso que fizemos", afirmou. "Trabalhamos muito para estar nesta competição outra vez. Portanto, encaramos este jogo com muito entusiasmo, com muita confiança. Vamos lutar até o último segundo para vencer este troféu", declarou. Palmeiras e Estudiantes disputam a final da Libertadores neste sábado (28), às 17 horas, no Estádio Centenário. Após perder para o Flamengo em 2025, o Palmeiras tenta o tetracampeonato e tem boas lembranças recentes do palco da final. O Alviverde, campeão em 1999, 2020 e 2021, ergueu a taça da competição pela última vez justamente no Centenário.


Marcelo Gonçalves

BRASILEIRÃO

Rodada tem duelo de garantidos na Liberta

● A penúltima rodada do Campeonato Brasileiro terá sequência nesta sexta-feira (27) com uma partida que coloca frente a frente dois times garantidos na próxima Libertadores da América. Fluminense e Cruzeiro jogam às 20 horas, no Maracanã. Na tabela, o Cruzeiro é o terceiro colocado com 66 pontos, três a mais que o Tricolor da Laranjeiras. Mas o Cabuloso tem duas vitórias a mais. Portanto, não perde a terceira posição mesmo em caso de derrota. Depois desse jogo, ambos jogam pela última rodada na quarta-feira (02). O Flu irá atuar como visitante contra o Bragantino. E o Cruzeiro fecha o Brasileirão contra o ameaçado Internacional, no Mineirão. Na rodada passada, o Cruzeiro derrotou a rebaixada Chapecoense por 2 a 1. E o Flu derrotou o Mirassol por 1 a 0, também em casa.

Publicidade Legal

EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2026

O **Município de Sertanópolis/PR**, neste ato repres. P/ Prefeita Mun. Sra. Ana Ruth Secco, torna público aos interessados que realizará **LEILÃO EXTRAJUDICIAL ELETRÔNICO**, p/ intermédio do **Leiloeiro Fabio Gonçalves Barbosa**, através do **site www.fabiobarbosaleiloes.com.br**, aberto a partir da inserção no site do Leiloeiro e encerram. no **dia 17/12/26, às 10h**. Os bens negativos ou não pagos retornam p/ leilão **dia 18/12/2026 c/ encerr. Às 10h. Bens:** 01) I/Peugeot 408 Allure, 11/12, AUC6I16. R$ 11.900,00; 02) Chevrolet/Onix 10MT Joye, 16/17, BAZ-1675. R$ 20.000,00 03) Chevrolet/Onix 10MT Joye, 16/17, BAZ-1792. R$ 22.000,00; 04) I/Sandu Bravax BX250, 17/17, BCH-3470. R$ 4.500,00; 05) Chevrolet/Cruze LTZ NB, 14/14, AYM-7D19. R$ 22.000,00; 06) Fiat/Uno Mille, 01/02, AKA-9810. R$ 2.000,00; 07) VW/Gol 1.6, 09/10, ARS-7675. R$ 9.000,00; 08) I/Ford Transit 350L BUS, 11/11, AVZ-5825. R$ 24.200,00; 09) Ford/Cargo 1317 E, 09/09, ARD-8396. R$ 54.600,00 10) MPolo/Volare Access On, 15/16, BAU-9157. R$ 86.000,00; 11) VW/7.90 S, 88/89, AIP-3911. R$ 14.500,00; 12) 12 M.Benz/Masc Granmini O, 09/09, ARU-6928. R$ 39.500,00; 13) Iveco/CityClass 70C16, 10/11, ATP-4414. R$ 30.000,00; 14) VW/15.190 EOD E.S.ORE, 12/13, AXC-3625. R$ 39.000,00; 15) VW/15.190 EOD E.S.ORE, 12/13, AXC-3626. R$ 33.000,00; 16) VW/13.150, 05/05, ANI-3590. R$ 32.600,00; 17) Caminhão M. Benz Pipa. R$ 8.000,00; 18) Fiat/Ducato MC Rontanamb, 09/10, ATD-4948. R$ 14.300,00; 19) I/Fiat Ducato Engesigexe, 18/18, BCJ-3762. R$ 83.200,00; 20) Fiat/Toro Freedom AT9 D, 18/19, BCG-4792. R$ 18.500,00; 21) Chev/Spin 1.8L MT LTZ, 15/16, AZR-6403. R$ 21.500,00; 22) VW/Gol 1.0 GIV, 12/13, AVK-3680. R$ 13.600,00; 23) GM/Montana Conquest, 10/10, ASI-6I70. R$ 11.200,00; 24) VW/Gol 1000, 95/95, AFB-8392. R$ 1.000,00; 25) Renault/Master Altech AMB,12/13, AVS-8878. R$ 5.400,00; 26) Renault/Master Altech AMB., 12/13, AWF-6098. R$ 5.400,00; 27) Iveco/CityClass 70C16, 09/09, ARR-1358. R$ 4.300,00; 28) M. Benz/Marc Granmini M, 09/10, ASE-1627. R$ 5.000,00; 29) VW/Kombi Furgão, 04/04, ALR-5586. R$ 1.200,00; 30) Carreta Caçamba Basculante. R$ 775,00; 31) Asia Motors/Topic. R$ 445,00; 32) Renault/ Masterrontanamb, 03/04, ALT-4560. R$ 2.300,00; 33) Cancelado; 34) Mini Escavadeira Bobcat 325.R$ 32.000,00; 35) Trator Cortador de Grama Giro Zero Branco. R$ 6.320,00; 36) Retroescavadeira JCB. R$ 37.800,00; 37) Sucata Prensa. R$ 50,00; 38) Guincho – Perfuratriz Bate Estaca. R$ 3.300,00; 39) Carreta Tanque – Distribuidor de Adubo Orgânico. R$ 3.000,00; 40) Triturador Picador de Galhos. R$ 5.900,00. **Localização dos bens:** Prefeitura Municipal de Sertanópolis/PR. VISITAÇÃO: até o dia 14/12/2026 das 08h às 11h e das 13h às 16:00. Quem pretender arrematar, deverá efetuar cadastro/lance p/ site supra, no prazo de 24 horas de antecedência. Pgto.: à vista. Comissão, 5% do arremate. Os veículos serão vendidos livres e desemb. de ônus vencidos até a data do leilão, sob responsabilidade da Prefeitura Mun. Correrão p/ conta do arrematente, taxas de transf./despesas e demais débitos que surgirem. Débitos com vencimento após a data do leilão são de responsabilidade do arrematante. O edital poderá ser consultado também pelos interessados no site do Leiloeiro Oficial www.fabiobarbosaleiloes.com.br. Informações: e-mail contato@fabiobarbosaleiloes.com.br, site supra ou Tel. (44) 3211-0148. Em, 25/11/26.

Ana Ruth Secco – Prefeita Municipal
Fabio Gonçalves Barbosa – Leiloeiro Oficial















HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
A família será seu ponto de apoio, um ambiente acolhedor ajudará a equilibrar suas energias. Tarefas domésticas e de trabalho ganharão agilidade, aproveite para resolver pendências. Dúvidas sobre planos de longo prazo causarão insegurança, dê tempo para tomar decisões definitivas. Aberta a temporada de viagens. Renove o ambiente social!

Touro (21/04 a 20/05)
Mensagens carinhosas aproximarão alguém especial, vai rolar um clima! A partir desta noite, Marte trará novos prazeres e maior poder de conquista. Se alguma preocupação insistir, escreva o que sente e desacelere antes de dormir. Evite assumir compromissos demais. Caminhada pelo bairro ou encontro com irmãos trará leveza. Descubra novidades e tendências.

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Gastos aumentarão, uma compra ou um conserto trará mais conforto à família. Organize o orçamento e pesquise opções antes de fechar negócio. Entre amigos, diferenças de expectativa pedirão conversas francas, evite julgamentos precipitados. Use suas habilidades nas negociações e garanta ótimos resultados. Viajar será tudo de bom. Respire novos ares!

Câncer (21/06 a 22/07)
Com Lua em seu signo, emoções estarão à flor da pele, você encontrará boas maneiras de expressar o que sente com delicadeza. Na carreira, cobranças e informações desencontradas exigirão paciência, confira os detalhes antes de partir para a ação. Uma nova responsabilidade pedirá organização e poderá abrir portas. Renove hábitos e atividades!

Leão (23/07 a 22/08)
Um dia mais introspectivo ajudará a tomar decisões financeiras e planejar ganhos extras. Uma viagem, documentação ou matrícula poderá sofrer atrasos, tenha paciência com a burocracia e confira o que falta resolver. Momentos de silêncio, meditação ou descanso renovarão sua disposição. Amplie o diálogo com a família e melhore a organização da casa.

Virgem (23/08 a 22/09)
Marte em seu signo acelerará a velocidade e aumentará sua disposição. Aproveite para tomar decisões de vida e partir para a ação. Canalizar o excesso de energia na atividade física diminuirá a impaciência e as irritações. Uma proposta profissional será do tipo "imperdível", considere. Um projeto em grupo avançará hoje. Reencontre amizades especiais!

Libra (23/09 a 22/10)
Apesar da vontade de desacelerar, o dia será agitado com visibilidade no trabalho, decisões de investimentos futuros e fortalecimento da sua imagem profissional. Visualize onde quer chegar e valorize sua contribuição. Hora de colocar as finanças em ordem e estabilizar relações. Com o par ou sócio, alinhar expectativas ajudará a evitar desencontros.

Escorpião (23/10 a 21/11)
Viagem com amigos ou um programa cultural com seu grupo ganhará força e alegrará o dia. No trabalho, tarefas pouco claras e cobranças cobrarão organização, peça os detalhes antes de iniciar um projeto. Cuide da saúde e respeite os sinais do corpo, rotina equilibrada fará diferença. Novo olhar sobre a vida e o futuro trarão motivação. Siga em frente com fé!

Sagitário (22/11 a 21/12)
Uma negociação bem-sucedida ajudará a impulsionar a carreira, você terá garra e coragem para buscar o que deseja. Na vida íntima, uma conversa profunda trará alívio e aumentará a cumplicidade. Responsabilidades com os filhos pedirão paciência, evite cobranças excessivas. Projetos criativos precisarão de mais disciplina e dedicação para avançar. Poder em alta!

Capricórnio (22/12 a 20/01)
Conte com apoio do par, uma viagem a dois ou um curso em parceria ganhará viabilidade. A rotina de trabalho ficará mais leve com o uso de ferramentas ou o término de um projeto. Já uma questão familiar exigirá esclarecimentos e senso de responsabilidade, divida as decisões e as tarefas. Defina limites com carinho e escute todos os lados. Amor em alta!

Aquário (21/01 a 19/02)
Conversas de hoje ajudarão a acertar contas com o par, sócio ou melhorar perspectivas de aumento de salário. Conte com excelente desempenho no trabalho. Só tome cuidado com mal-entendidos, confira informações antes de repassar e releia documentos com atenção. Cuide do corpo, da beleza e faça pequenas pausas ao longo do dia. Poder e prestígio em alta!

Peixes (20/02 a 20/03)
O dia intensificará o romance e a criatividade, o par topará um programa diferente. Os filhos darão motivos para boas risadas e alegrias, embarque em um clima divertido e curta as coisas boas da vida, em ótima companhia. Nas finanças, valerá conferir condições antes de assumir compromissos e desconfiar de promessas. Ajustar gastos ajudará a manter a estabilidade.

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

27 Sex — 18° 21° — 10.6mm — Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
18° 21°	17° 21°	10.6mm 95% de chance	82% 93%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↙ NE - 14km/h	↙ NE - 45km/h	05:36h às 19:06h	Cheia

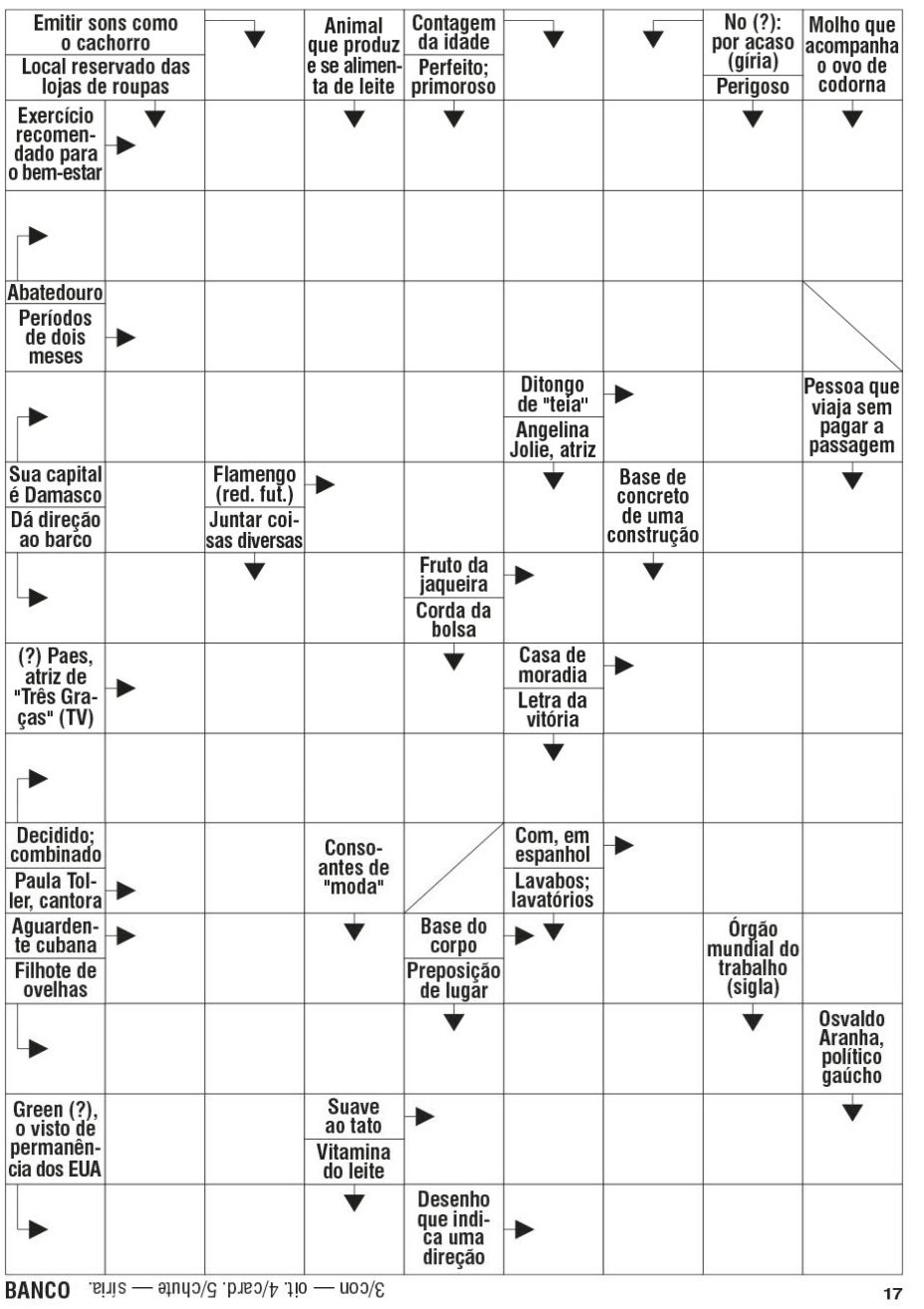
28 Sáb — 19° 25° — 6.1mm — Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
19° 25°	19° 29°	6.1mm 95% de chance	76% 92%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↙ NE/NNE - 8km/h	↙ NE/NNE - 38km/h	05:35h às 19:07h	Cheia

CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel



BANCO 3/con — oit. 4/card. 5/chute — sirla. 17



Solução

C	A	R	D		S	E	T	A						
	V	A		M	A	C	I	O						
C	O	R	D	E	I	R	O							
	R	U	M		P	E		A						
	P	T		Ç	A	C	O	N						
R	E	S	O	L	V	I	D	O						
	D	I	R	A		L	A	R						
L	E	M	E		J	A	C	A						
	N		F	L	A		S	C						
S	I	R	I	A		E	I							
	B	I	M	E	S	T	R	E S						
M	A	T	A	D	O	U	R	O						
	C	A	M	I	N	H	A	R						
		L				A	C							

EXTINTORES ALIANÇA

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114

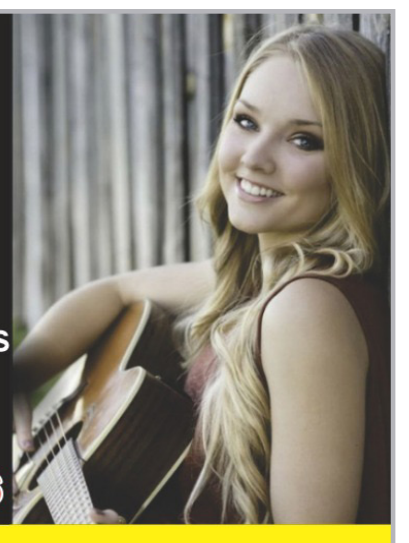
Betel

- INSTRUMENTOS MUSICAIS
- LOCAÇÃO DE SOM, LUZ E TELÃO
- ELETRÔNICA/ CONSERTOS/ LUTHIER
- CONSERTO E ACESSÓRIOS PARA CELULARES
- BÍBLIAS E PRESENTES

BETELSOM

(45) 3228-4874 (45) 99995-9256

RUA RIO GRANDE DO SUL, 405 ESQUINA COM RUA CARLOS GOMES - CENTRO - CASCAVEL/PR



GazetadoParaná

o jornal feito para amanhã.

PLASTÍVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS

www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO

Cada toner por R$ 39,00
5 toners por
R$ 195,00*



*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br
assinatura@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

** Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da **Gazeta do Paraná***

Editorial

Educação em debate

● A educação brasileira ocupa espaço significativo na agenda legislativa do Congresso Nacional. Projetos que tratam da valorização dos professores, da regulamentação do trabalho docente, da educação integral, da inclusão e da organização curricular estão entre as propostas em discussão na Câmara dos Deputados. A diversidade dessas iniciativas revela a dimensão dos desafios que envolvem a formulação e a execução das políticas públicas educacionais no País.

Entre as matérias em tramitação estão propostas que estabelecem diferenças remuneratórias conforme a formação acadêmica dos professores, regulamentam direitos dos profissionais contratados temporariamente e definem diretrizes para a atuação dos coordenadores pedagógicos. São questões que envolvem diretamente a organização das redes públicas de ensino, os planos de carreira e as relações de trabalho estabelecidas entre os profissionais da educação e o poder público.

No campo pedagógico, as discussões abrangem a ampliação da jornada escolar, a formação docente para a educação inclusiva, o enfrentamento ao racismo no ambiente escolar e a presença de componentes curriculares como Filosofia e Sociologia no ensino médio. Cada uma dessas iniciativas apresenta implicações distintas para a organização das instituições de ensino, a distribuição da carga horária e a formação dos estudantes.

A dimensão legislativa dessas discussões está diretamente relacionada à questão orçamentária. A ampliação da jornada escolar, por exemplo, envolve despesas com alimentação, infraestrutura, contratação de profissionais e manutenção das unidades de ensino. Da mesma forma, a implementação de políticas de inclusão demanda recursos humanos, materiais pedagógicos acessíveis e formação especializada.

Em um país marcado por diferenças regionais e desigualdades socioeconômicas, as condições de implementação das políticas educacionais variam consideravelmente. Estados e municípios apresentam capacidades distintas de arrecadação, disponibilidade de profissionais e infraestrutura escolar. A repartição das responsabilidades entre os entes federativos constitui, portanto, uma dimensão central das discussões sobre a educação nacional.

Outro aspecto desse debate diz respeito à continuidade das políticas públicas. As sucessivas alterações na legislação educacional produzem efeitos sobre o planejamento das redes de ensino, a formação dos professores e a organização do trabalho pedagógico. Entre a aprovação de uma proposta no Congresso e sua efetiva implementação nas escolas, existem etapas administrativas, financeiras e institucionais que precisam ser consideradas.

O encerramento da atual legislatura também coloca em perspectiva o volume de matérias apresentadas, os projetos que avançaram e aqueles cuja tramitação poderá ser interrompida ou retomada pelo próximo Congresso. O acompanhamento dessas propostas permite compreender quais questões estão presentes na agenda parlamentar e como elas se relacionam com as demandas das comunidades escolares.

A educação em debate no Legislativo envolve, assim, muito mais do que alterações no ordenamento jurídico. Trata-se de uma discussão que alcança o financiamento público, as condições de trabalho, a formação dos estudantes e a própria organização do sistema educacional brasileiro.

Regulamentação da 5x2 abre disputa constitucional e pressiona custos

Fábio
MONTEIRO

**Sócio fundador do Pellegrina e Monteiro Advogados*

Vanessa
SAPIÊNCIA

**Especialista em Direito do Trabalho e diretora de compliance e de Novos Negócios no Pellegrina e Monteiro Advogados*

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 141/2026, anunciada pelo governo federal em 19 de novembro, inaugura uma nova etapa de controvérsias jurídicas e econômicas sobre a redução da jornada de trabalho. Embora a medida assegure dois repousos semanais remunerados, sem redução salarial, sua implementação exigirá das empresas uma profunda reorganização operacional e financeira, além de suscitar discussões sobre os limites do poder regulamentar, a autonomia coletiva e a segurança jurídica das relações de trabalho.

A transição ocorrerá em duas etapas: a partir de 16 de dezembro de 2026, a jornada máxima será reduzida de 44 para 42 horas semanais, alcançando 40 horas em dezembro de 2027. Para acompanhar essa redução, o decreto altera os divisores utilizados na apuração do salário-hora — que passam dos atuais 220 para 210 na primeira fase e, posteriormente, para 200. Na prática, a manutenção da remuneração mensal, combinada com a redução da jornada, poderá elevar em até 10% o valor da hora trabalhada, com repercussões sobre horas extras, adicionais e demais parcelas vinculadas a essa base de cálculo.

A questão reacende o debate sobre o alcance da garantia constitucional de irredutibilidade salarial e os efeitos econômicos da reforma. Embora a preservação dos salários constitua determinação constitucional, a definição dos critérios de cálculo e de seus reflexos deverá respeitar os limites da competência regulamentar do Executivo, sem criar obrigações que extrapolem o texto constitucional e a legislação aplicável.

Outro ponto sensível envolve a distribuição dos repousos semanais. Conforme anunciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a regra será a concessão de duas folgas por semana, admitindo-se, excepcionalmente e mediante negociação coletiva, sua distribuição ao longo do mês para atividades que não consigam observar o padrão semanal. A interpretação dessa flexibilidade poderá suscitar controvérsias quanto à autonomia negocial, à apuração dos descansos remunerados e à compatibilidade com os parâmetros constitucionais e jurisprudenciais, inclusive aqueles discutidos nas ADIs 8.041 e 8.042.

Autonomia coletiva e insegurança na transição

A previsão de que cláusulas de acordos e convenções coletivas incompatíveis com os novos limites deixarão de produzir efeitos a partir de 16 de dezembro também demanda cautela. A necessária adequação dos instrumentos coletivos deverá observar o reconhecimento constitucional das negociações coletivas, evitando que a regulamentação introduza restrições ou condições não autorizadas pelo ordenamento jurídico.

A questão central não está apenas na redução da jornada, mas na definição dos efeitos jurídicos e econômicos dessa mudança. A regulamentação deverá observar os limites constitucionais e os parâmetros estabelecidos pelo STF, sob pena de ampliar a litigiosidade trabalhista. A ausência de segurança jurídica sobre divisores salariais, repousos remunerados e negociação coletiva poderá comprometer o planejamento empresarial e a estabilidade das relações contratuais.

O risco de conflitos interpretativos foi reconhecido pelo próprio presidente Lula durante a cerimônia de assinatura do decreto. Ao admitir que a implementação das novas regras poderá provocar divergências e reclamações, o presidente defendeu a preparação da fiscalização trabalhista, da Justiça do Trabalho e das entidades sindicais para enfrentar as dificuldades da transição. A manifestação evidencia que a efetividade da reforma dependerá não apenas da regulamentação, mas também da construção de soluções juridicamente consistentes e adaptadas às particularidades dos diferentes setores econômicos.

Escalas especiais e reequilíbrio contratual

A manutenção anunciada da escala 12×36 e de outros regimes especiais representa outro desafio. Hospitais, vigilância, transporte, indústrias e atividades de funcionamento contínuo dependem de escalas específicas para assegurar a prestação ininterrupta dos serviços. As portarias complementares anunciadas pelo Ministério do Trabalho serão determinantes para esclarecer os mecanismos de compensação, os limites de jornada e as possibilidades de negociação coletiva, sem comprometer a continuidade operacional.

Na dimensão econômica, a redução da jornada exigirá revisão de custos, dimensionamento de equipes, escalas, sistemas de compensação e contratos de prestação de serviços. Nos contratos administrativos, eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dependerão da demonstração dos impactos efetivos, das condições contratuais e da matriz de riscos aplicável.

Pressão sobre preços, produtividade e saúde ocupacional

Setores intensivos em mão de obra poderão enfrentar compressão de margens, aumento de preços e assimetrias concorrenciais. A simples eliminação de horas extras não necessariamente neutralizará esses efeitos, especialmente nas atividades que demandam cobertura permanente. A necessidade de novas contratações, treinamento e reorganização de turnos poderá ampliar custos e afetar decisões de investimento.

Ao defender a reforma, o presidente Lula sustentou que os ganhos de produtividade proporcionados pela modernização tecnológica justificariam a redução da jornada sem prejuízos econômicos. Entretanto, tais ganhos não se distribuem uniformemente entre os setores. Empresas de serviços presenciais e operações intensivas em trabalho humano possuem possibilidades distintas de absorver a redução das horas disponíveis, tornando indispensável uma avaliação econômica individualizada.

Há, ainda, uma dimensão frequentemente negligenciada: a manutenção de metas e exigências produtivas em jornadas menores poderá intensificar o ritmo de trabalho e ampliar a exposição a fatores de risco psicossociais. A expectativa de melhoria da produtividade e da qualidade de vida dependerá, portanto, de uma reorganização efetiva dos processos, das equipes e das condições de trabalho.

O impacto da reforma vai muito além da folha de pagamento. Estamos diante de uma mudança que poderá afetar a formação de preços, as decisões de investimento e a própria competitividade das empresas. A adequação exigirá uma atuação integrada entre as áreas jurídica, financeira, operacional e de recursos humanos, inclusive para evitar que a redução da jornada resulte na intensificação do trabalho e no aumento dos riscos psicossociais.

A transição para a nova jornada exigirá planejamento empresarial imediato e parâmetros regulatórios estáveis. O desafio será compatibilizar a ampliação dos direitos sociais com a segurança jurídica, a continuidade das atividades econômicas e a sustentabilidade dos contratos. Sem clareza quanto aos limites da negociação coletiva, aos regimes especiais e aos efeitos financeiros da regulamentação, a reforma poderá ampliar a judicialização e comprometer a previsibilidade necessária às decisões empresariais.

Política & CIA

Isolamento político

A MAIOR BANCADA da Câmara dos Deputados corre o risco de começar a próxima legislatura com menos poder do que o tamanho de sua representação permitiria. A ala do PL ligada a Valdemar Costa Neto admite dificuldades para conter o movimento de rompimento com Hugo Motta (Republicanos), atual presidente da Casa. A resistência à recondução de Motta ganhou força entre os parlamentares mais alinhados ao deputado Nikolas Ferreira, contrariando a estratégia de dirigentes interessados em preservar espaços de comando no Legislativo.

Conta política

Uma eventual saída do PL do bloco de apoio a Hugo Motta poderá custar ao partido posições importantes nas comissões permanentes da Câmara. Apesar de contar com 121 deputados na próxima legislatura, a legenda poderá ficar na 16ª posição na ordem de escolha dos colegiados. A preocupação envolve não apenas a capacidade de interferir na tramitação de projetos e convocar ministros, mas também a influência sobre a destinação de recursos públicos por meio das emendas de comissão.

Nome paranaense

O deputado federal paranaense Pedro Lupion (Republicanos) entrou no radar das articulações do PL para a sucessão na Câmara. O parlamentar, identificado com o setor agropecuário, foi sondado como possível alternativa à candidatura de Hugo Motta. Segundo informações do colunista Lauro Jardim, de O Globo, Lupion tem sinalizado a interlocutores que não pretende confrontar o atual presidente da Casa nem a direção de seu próprio partido. A movimentação evidencia as dificuldades do PL para encontrar um candidato competitivo fora de suas fileiras.

Novo ajuste

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reconhece a necessidade de uma nova rodada de medidas para equilibrar as contas públicas, mas ainda não definiu quando encaminhará ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição. A equipe econômica defende que a iniciativa seja apresentada antes do encerramento da atual legislatura, considerando que a composição parlamentar de 2027 será menos favorável ao governo. Entre os pontos em discussão estão as regras de crescimento das despesas obrigatórias.

Despesas obrigatórias

A discussão sobre o novo ajuste fiscal alcança áreas politicamente sensíveis, como os investimentos mínimos em saúde e educação, o Fundeb e as emendas parlamentares. Uma das alternativas avaliadas consiste em reduzir o ritmo de expansão dessas despesas, sem necessariamente eliminar os aumentos reais. O desafio do governo será conciliar os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral com as exigências do arcabouço fiscal e a resistência dos setores potencialmente afetados pelas mudanças.

Ministra negra

Mais de 40 organizações participam da mobilização pela indicação de uma mulher negra ao Supremo Tribunal Federal (STF). A campanha ganhou intensidade diante das dificuldades enfrentadas pelo Palácio do Planalto nas negociações para preencher a vaga aberta com a aposentadoria de Luís Roberto Barroso. Uma petição que defende a indicação de mulheres para as quatro vagas que Lula poderá preencher durante o próximo mandato já reúne cerca de 140 mil assinaturas.

Antes da diplomação

A coligação formada por PT e PDT solicitou ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, que o processo envolvendo o registro da candidatura de Deltan Dallagnol ao Senado pelo Paraná seja julgado antes da diplomação dos eleitos, marcada para 17 de dezembro. O relator do caso, ministro Floriano de Azevedo Marques, já se manifestou individualmente pelo indeferimento do registro. Dallagnol obteve aproximadamente 2,9 milhões de votos, conquistando a segunda cadeira paranaense no Senado.

Sucessão indefinida

Caso o plenário do TSE confirme o indeferimento do registro de Dallagnol, outra discussão deverá mobilizar o meio político paranaense: a destinação da vaga. Entre as possibilidades discutidas estão a realização de uma eleição suplementar e a atribuição da cadeira ao terceiro colocado, o presidente da Assembleia Legislativa, Alexandre Curi (Republicanos), que recebeu cerca de 1,9 milhão de votos. A defesa de Dallagnol sustenta a manutenção da decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que deferiu sua candidatura.

Código Florestal

O governo de Ratinho Junior (PSD) solicitou a devolução do projeto que alterava o Código Florestal do Paraná, interrompendo sua tramitação na Assembleia Legislativa. A proposta vinha sendo questionada por ambientalistas em razão das mudanças nas restrições à supressão de vegetação nativa. O deputado estadual Goura (PDT) atribuiu o recuo à mobilização de entidades e movimentos sociais. A retirada ocorre em meio aos recentes prejuízos provocados por eventos climáticos extremos em diferentes regiões do Estado.

Colégios agrícolas

Está prevista para segunda-feira (30) a votação de uma proposta que assegura a permanência de agentes educacionais concursados na função de inspetor de internato nos colégios agrícolas do Paraná. O projeto é assinado pelos deputados Professor Lemos (PT) e Hussein Bakri (PSD), líder do governo na Assembleia Legislativa, e também regulamenta a jornada de trabalho desses profissionais. A iniciativa reúne representantes da oposição e da base governista em torno de uma demanda específica dos servidores da educação estadual.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana





SESSÃO TBT- Rosangela e Beto Guilherme no Réveillon do Rafain (Foz do Iguaçu), ano 2007. *Foto: by CM*



DENISE RUBEL e sua filha Laura Barzotto *arquivo pessoal*



VOLMIR KAEFER e FABÍOLA BASSO curtindo a vida. *Foto: arquivo pessoal*

•Bom dia!
Quando a alma está voltada para o que eleva, o que faz bem, as coisas fluem tanto que o universo não precisa conspirar a favor. Nem o universo nem nada, nem ninguém... Com clareza e a proteção dos nossos amigos de luz sim, mas sem conspiração. Tudo acontece de um jeito natural porque "Ele" conhece nosso coração, sabe de nossas intenções, se somos merecedores ou não. Quando a alma está voltada para o bem, o bem simplesmente acontece!
(Rita Maidana)

•Sem sentido
O nível de manipulação promovido pelos 'wokes' chega ao nível do absoluto 'nonsense'. Em um programa de entrevista na FOX.HD. NET americana, jornalista feminista defende que sejam disponibilizados absorventes grátis para "rapazes trans" em banheiros masculinos. Um homem explica pacientemente que apenas mulheres menstruam, o que causa pânico nos militantes alucinados com seus próprios delírios.

Charles Garbin



pada
@padariagarbin

Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana





Saudade Não Tem Idade

O velho "Serpão" em Cascavel

O VELHO BAILÃO SERPE — ou "Serpão", como o povo dizia — marcou época no bairro Alto Alegre, em Cascavel. Localizado quase na esquina da Rua Cuiabá com a Av. Tancredo Neves, o clube era ponto de encontro animado da comunidade. Seu nome vem da sigla SERPE: Sociedade Esportiva Recreativa Princesa Elisabete. Muita gente tem histórias vividas ali — bailes, festas, partidas e amores. O Serpão foi mais que um clube: foi um símbolo da convivência simples e calorosa de um tempo que hoje mora na saudade dos moradores.



Acervo Xico Tebaldi

A elegância do Clube Guaíra

Na vibrante Guarapuava da década de 1960, um edifício se destacava na paisagem urbana, irradiando elegância e servindo como epicentro da vida social local: o Clube Guaíra. Erguido na esquina estratégica da Rua XV de Novembro com a Rua Capitão Rocha, sua arquitetura era, como muitos lembram com nostalgia, verdadeiramente magnífica.

A imponência da construção, com suas linhas e detalhes característicos da época, certamente capturava o olhar de quem passava. A solidez de seus materiais e o design bem elaborado refletiam a importância que o clube tinha para a comunidade guarapuavana.

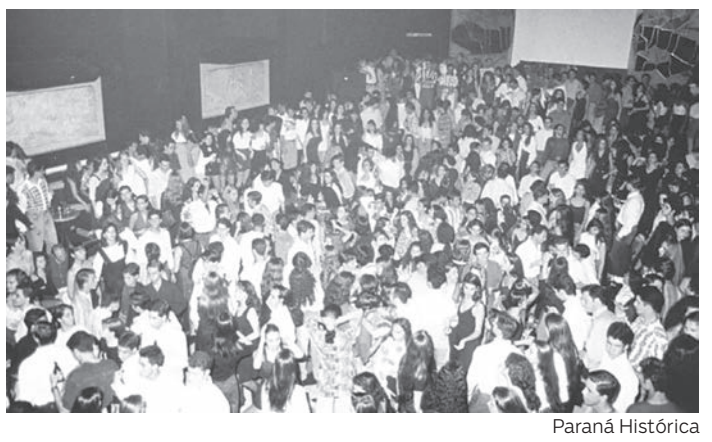


Guarapuava Histórica

A boate Kalahari em Londrina – 1990

É quase impossível contar a história de Londrina nos anos 1990 sem mencionar, com o devido destaque, a boate Kalahari. Quando o tema é a noite londrinense, a Kalahari está no topo da lista. Essa casa noturna fez da rua Teresina um dos endereços mais visitados da cidade por mais de uma década.

Seu público e sua fama ultrapassavam as divisas de Londrina. É possível considerar a boate Kalahari uma verdadeira lenda urbana que definiu a era de ouro da house music na cidade. Nascida das cinzas de uma antiga retífica de motores de caminhão no fim da década de 1980, a Kalahari foi um fenômeno cultural, um templo da música e do encontro juvenil que transcendeu as expectativas de seus fundadores e do próprio DJ Suzuki, a alma por trás das caixas de som.



Paraná Histórica

Carnaval de Curitiba em 1902

De acordo com a antropóloga Vanessa Rodrigues Viacava, desde o final do século XIX até meados do século XX, o carnaval de Curitiba era realizado nos clubes sociais e na rua XV de Novembro, principalmente pela elite curitibana, que seguia a comemoração de acordo com o padrão europeu, com bailes de mascarados nos clubes e com o corso nas principais avenidas da cidade.

O corso era uma forma de agremiação carnavalesca que organizava desfiles utilizando carros abertos e luxuosamente ornamentados. De acordo com a pesquisadora: "cabia aos grupos menos privilegiados admirar o luxo e a sofisticação do carnaval dos ricos no elegante corso da rua XV de Novembro".

Na fotografia, parte da coleção Julia Wanderley, presente no IHGP, observamos o carnaval curitibano na rua XV de Novembro, ano de 1902.



Acervo Curitiba Histórica / Acervo Paulo José da Costa / Coleção Julia Wanderley / IHGP / Grupo Antigamente em Curitiba / Dissertação Vanessa Maria Rodrigues Viacava